

Vida Económica

16-07-2010

Periodicidade: Semanal	Temática: Administração Pública
Classe: Economia/Neócios	Dimensão: 640
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 26000	Página (s): 1/5



Paulo Morgado defende
**ESTADO NÃO DEVE
 ADMITIR MAIS
 FUNCIONÁRIOS
 PARA FUNÇÕES
 ADMINISTRATIVAS**

Pág. 5

Paulo Morgado, administrador-delegado da Cap Gemini, defende nova orientação para a Administração Pública

Estado não deve admitir mais funcionários para funções administrativas

Uma grande parte dos serviços prestados pelo Estado dirige-se à própria Administração Pública e não aos cidadãos.

Em entrevista à “Vida Económica”, Paulo Morgado defende uma nova abordagem para as funções de suporte, contabilidade e informação interna dos organismos públicos, que o Estado pode contratualizar com menos custos. Em simultâneo, o Estado deve utilizar os meios disponíveis na prestação dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, reforçando o seu papel e a sua vocação.

A orientação proposta pelo administrador-delegado da Capgemini é semelhante à que tem sido seguida no Reino Unido e em outros países da União Europeia. Além do aumento de eficácia, a contratualização de serviços abre novas oportunidades profissionais a um número considerável de funcionários públicos.

Paulo Morgado considera que o Estado devia adoptar o princípio de “zero admissões” de novos funcionários para funções administrativas.

Segundo refere, a Administração Pública tem feito um trabalho excepcional ao nível dos serviços públicos on-line. Mas esses serviços não têm sido acompanhadas pela automatização dos processos administrativos.

Vida Económica - Quais são as alternativas possíveis para o Estado melhorar a eficácia dos serviços públicos e reduzir os custos de funcionamento?

Paulo Morgado - O Estado, à semelhança do que acontece com as empresas, tem de conseguir diferenciar o que são funções “core” da sua actividade e funções de suporte. No que respeita às funções de suporte, que de forma muito geral diríamos que são aquelas que mais se orientam para a manutenção da organização e não para o serviço aos clientes/ cidadãos, o Estado tem de ter a consciência que o custo com estas funções tem de se reduzir drasticamente, na mesma medida em que o nível de automatização cresce.

VE - Através do outsourcing é possível reduzir os custos do Estado e abrir novas oportunidades profissionais aos funcionários públicos no sector privado?

PM - As funções de suporte que referi, e que incluem as áreas contabilística e financeira, processamento de salários, sistemas de

informação internos, etc., são as melhores candidatas a processos de outsourcing, uma vez que não é por as organizações (públicas ou privadas) fazerem muito bem essas actividades “administrativas” que vão conseguir servir melhor os seus clientes. No caso específico da Administração Pública, deveria existir uma clara directriz de fazer zero admissões de funcionários para essas áreas, privilegiando a sua passagem para contratos de outsourcing com empresas privadas. Com a passagem das actividades para outsourcing iriam também as pessoas que as exerciam internamente, transição que possibilitaria a essas pessoas uma nova carreira no privado, ao mesmo tempo que o Estado reduziria dos seus custos com pessoal, que, como sabemos, constitui um dos principais itens da despesa corrente.

VE - Deve haver uma separação clara entre os serviços que o Estado presta a si próprio e os serviços prestados aos cidadãos? Qual é a proporção estimada em cada uma das vertentes?

PM - Como disse anteriormente, sim, claramente. Não tenho nenhum estudo que me permita aferir qual a percentagem exacta, embora julgue não falhar muito se disser que as funções de suporte, administrativas, atingem um peso bastante superior às actividades orientadas aos clientes/cidadãos.

VE - Tendo em conta a experiência da Capgemini neste domínio, pode referir alguns exemplos de iniciativas bem sucedidas de modernização dos serviços públicos?

PM - Os exemplos emblemáticos de contratos de outsourcing da Capgemini mais bem sucedidos na Administração Pública são os que fizemos no Reino Unido, que sabemos ter uma legislação laboral bastante mais flexível que outros países europeus, onde um privado “entrou” em domínios sagrados do serviço público, como são a Defesa e as Finanças.

VE - O mercado europeu facilita a troca de experiências e a convergência de soluções nos Estados-membros?



“Estou certo que o cidadão apreciaria ver a sua factura de impostos reduzida, em resultado de um aligeirar da despesa com pessoal administrativo”, defende Paulo Morgado.

PM - Se olharmos para o nível de avanço que o Reino Unido leva nesta matéria de outsourcing de partes do serviço público, não me parece que tenha havido muita convergência no que respeita a objectivos de redução de custos na Administração Pública via outsourcing. Tenho especial tristeza que os dirigentes portugueses, sendo o nosso povo tão vanguardista em tantas coisas, ainda não tenham percebido que deve concentrar os seus recursos nas funções “core” do Estado e não recrutar mais e mais pessoas administrativas que estão destinadas, a prazo, a ser substituídas por sistemas de informação...

VE - Existe uma contradição aparente no facto de o Estado português ser considerado

pouco eficiente em termos de tempo e custo ao nível dos serviços que presta e simultaneamente o nosso país estar mais avançado no e-government?

PM - Tem toda a razão. Houve um trabalho excepcional feito ao nível dos serviços públicos on-line que não foi acompanhado pela automatização dos processos administrativos. Bem sabemos que o que se mostra ao cidadão tem mais valor para os governantes do que aquilo que se faz para dentro (eficiência dos tais processos administrativos). No entanto, estou certo que o cidadão apreciaria ver a sua factura de impostos reduzida, em resultado de um aligeirar da despesa com pessoal administrativo.